

4 METODOLOGIA DE ESCALAS GEOGRÁFICAS DE PODER E GESTÃO COMO FORMA DE COM- PREENSÃO DAS TRANSFORMA- ÇÕES SOCIO TERRITORIAIS: o caso da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Rosa Maria Vieira Medeiros

Introdução

A restrição no acesso a determinadas áreas para fins alheios aos objetivos e necessidades das comunidades locais ou povos nativos da área é bem antiga, datando dos tempos mais remotos. Colchester (2000) identifica os anos 700 a.C. como sendo o marco do início das restrições e refere que a criação de reservas de caça, destinadas às caças reais, foi o primeiro passo e aconteceu na Assíria. Também destaca que, no ano 400 a.C., foram estabelecidos, na Índia, no reino Açoca, as caçadas reais.

Essa ideia se alastrou para a Europa, tendo no século XI, a Inglaterra estabelecido o conceito de florestas reais.

A definição de determinados espaços com o objetivo de restringir alguns direitos sobre o acesso e uso dos recursos naturais existentes não agradava às comunidades locais. Estas, como fora, apontado por Colchester (2000), reagiram amargamente às restrições dos seus direitos no processo de criação de reservas, pois, na sua concepção, as opiniões dos nativos não eram tomadas em conta e, em muitos casos, restringia-se o seu acesso a determinadas áreas ou o uso de determinados recursos.

A filosofia subjacente ao modelo de criação de reservas reais descrito anteriormente esteve presente na criação de áreas protegidas, com destaque para o primeiro parque nacional e influenciou e direcionou a criação das futuras áreas protegidas. Apesar dos contextos temporais e espaciais diferirem do modelo descrito, a filosofia de usurpação dos direitos dos povos nativos prevalece, tendo se agravado nesta última, em que implicou numa separação física entre o homem e a natureza, como se o primeiro não fizesse parte da segunda.

A criação do primeiro parque nacional, em 1872, o Parque Nacional de *Yellowstone*, veio em muito a influenciar as ideias de criação de áreas protegidas com objetivos e filosofias embasadas nesta primeira área protegida. Com medo de uma urbanização completa, onde o homem teria a possibilidade de transformar a “natureza natural” em “natureza artificial”, destruindo-se, deste modo, os últimos vestígios daquilo que seria a natureza pura, coberta de todos os atributos dos quais o homem não havia modificado, os preservacionistas americanos

começaram a propor a criação de “ilhas” de preservação, do qual o homem urbano pudesse admirar as paisagens ainda “intocadas” ou “inalteradas” pelo processo de modernização da sociedade. (DIEGUES, 2000; 1996). A criação dessas “ilhas” de preservação, com objetivos de proteger áreas naturais de grande beleza cênica para o usufruto dos visitantes (homem urbano), encontrava-se assentada na imposição de visões elitistas urbanas sobre o uso da terra rural. Esse processo resultou na alienação das terras comunitárias em favor do Estado, consumando-se a usurpação dos direitos das comunidades locais. (DIEGUES, 1996; COLCHESTER, 2000).

Este modelo de preservação, nascido dos EUA, extrapolou as barreiras territoriais, alcançando, no início, o Canadá, depois os países europeus e, mais tarde, os países em desenvolvimento. Consolidou-se como padrão mundial a partir da década de 60, do século XX, quando o número e a extensão das áreas protegidas aumentaram consideravelmente em todo o mundo. (ARRUDA, 2000). Diegues (1996; 2000) destaca que, até 1960, os objetivos que norteavam a criação de áreas protegidas eram fundamentalmente para a recreação e enlevo das populações urbanas, educação ambiental e pesquisa. Todavia, a partir dessa década, a manutenção da biodiversidade aparece como objetivo da preservação devido ao rápido desaparecimento de espécies e ecossistemas.

Em Moçambique, a história da criação de áreas protegidas é recente, sendo que os primeiros passos foram dados, na década de 1950, com a criação de parques, reservas e coutadas. A delimitação de áreas com acesso restrito e a separação das áreas de assentamento humano das áreas de alto valor biológi-

co tinha como objetivo reduzir a exploração desenfreada dos recursos florestais para fins comerciais, como também limitar a prática da agricultura de subsistência, considerada responsável por destruir a biodiversidade. Sendo assim, as áreas protegidas foram delimitadas com a finalidade de preservação de ecossistemas e a sua exploração pelo turismo (parques e reservas), preservação de estoques de madeiras (reservas florestais) e para a realização da caça turística (coutadas).

A criação desses espaços implicou na retirada de comunidades do seu interior e na interdição da realização de suas atividades de subsistência. A definição dessas áreas atendeu aos objetivos dos europeus, que se sobrepôs aos interesses dos povos nativos. Até o alcance da independência (em 1975), estavam criadas cerca de 90% das áreas de conservação existentes em Moçambique. Todas essas áreas estabelecidas seguiam a filosofia ocidental de administração de áreas protegidas, que excluem física e politicamente as comunidades locais. A administração ficou na responsabilidade do governo colonial que, por meio do seu aparato repressivo, manteve a inviolabilidade desses espaços.

Com o fim da colonização, as formas de administração e gestão territorial, bem como de prioridades mudaram, além da preocupação do novo governo, que passou a se concentrar em fazer chegar os serviços sociais básicos para toda a população que vivera séculos de privações. As áreas de conservação tiveram pouca atenção e, com o avanço da guerra civil, intensificada nos inícios da década de 80, elas passaram por períodos de abandono. A filosofia ocidental de gestão das áreas protegidas entrou em falência e muitas dessas áreas voltaram a

serem territórios de comunidades locais.

Com o fim da guerra civil e a manutenção da estabilização social e política de Moçambique, as pretensões conservacionistas regressaram ao país e forjaram uma nova forma de gestão das áreas de conservação, ou seja, introduziu-se a participação comunitária. A opção por essa nova filosofia de gestão das áreas de conservação está relacionada ao fato do número de população residente nas anteriores (e novas) áreas de conservação ser significativo e a dependência aos recursos disponíveis nessas áreas ser maior. Dessa forma, a participação das comunidades locais na gestão dessas áreas passou a ser a melhor estratégia de compatibilização dos objetivos conservacionistas (defendido pelos preservacionistas e/ou conservacionistas) e os de desenvolvimento (definidos como sendo defendidos pelas comunidades locais).

As transformações de áreas comunitárias em áreas de conservação (e/ou de preservação) ignoraram os interesses das comunidades locais e os excluiu física e politicamente desses espaços. Definido a nível exterior, as áreas de conservação foram transplantadas para a realidade moçambicana e impostas às comunidades locais. Como forma de mascarar a sua imposição, a estratégia foi a inclusão de objetivos de desenvolvimento para uma população considerada vivendo em um estágio de pobreza absoluta. As comunidades foram “formatadas”, ou seja, foram incluídas nos objetivos da criação das áreas de conservação, onde, por meio da realização de vários encontros, foi possível uma conciliação e aceitação dos objetivos definidos por atores externos como sendo das comunidades.

Este artigo tem o objetivo de abordar a aplicação da me-

todologia de escalas de poder e gestão como uma forma de apreensão da realidade socioespacial. A escolha dessa metodologia permite compreender como o poder, dominado por atores localizados a escalas superiores, influenciou na criação de uma área de conservação, a Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani (ACTFC). A compreensão das transformações territoriais ocorridas em Chimanimane é mais bem apreendida a partir de uma análise escalar, associado ao poder que cada um dos atores detém. Para complementar as análises concretizadas ao longo do artigo, foi realizado um trabalho de campo, em Moçambique, onde foram realizadas entrevistas com os diferentes atores envolvidos na criação da referida área. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas ao nível das escalas nacional, provincial, distrital e regional/local.

O artigo é resultado de um dos capítulos da dissertação de mestrado apresentada e defendida em 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Está dividido em duas partes, sendo que na primeira é discutida como o exercício do poder dos diferentes atores, localizados a diferentes escalas, atua na conformação de uma determinada realidade. Na segunda parte reservam-se as discussões sobre as transformações territoriais que culminaram na criação da Área de Conservação Transfronteira de Chimanimani.

Metodologia de escalas de poder e gestão

Em um mundo em que os ditames da globalização tendem a uniformizar os espaços, tornando-os parte de um processo de produção de mais valia, a compreensão dessas dinâ-

micas passam por entender como os diferentes atores agem em diversas escalas para defenderem seus interesses. A atuação desses atores impõe a produção de um território regido por normas que atendem aos interesses externos.

É importante compreender que, nos tempos atuais, as transformações socioespaciais que vão ocorrendo nos territórios não são apenas resultados da ação dos atores locais, mas que há uma influência, por vezes bastante significativa e preponderante, de atores extralocais. São esses atores (extralocais ou macroatoresⁱⁱ) que vão alterar as formas de uso dos objetos do território e das ações que se vão realizar nele. Santos (2008, p. 19) aponta que “os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas para as finalidades que raramente nos dizem respeito”. Dessa forma, o controle do território escapa dos nativos, tornando-os parte integrante de um processo que não entende o funcionamento do território, apenas se encontram encarcerados aos ditames do exterior, embora haja, sempre, processos de resistências.

Os macroatores, com o auxílio do poder do Estado (incluindo os seus diferentes níveis escalares), quer seja explícito ou implícito, conduzem o território rumo a uma racionalidade capitalista que marginaliza os atores locaisⁱⁱⁱ. Esse processo que introduz um tempo único, o tempo universal, choca com as temporalidades locais, que conformam o cotidiano local. Para compreender como o tempo universal destrói as temporalidades locais, produzindo um tempo e espaço universal, Santos recorre às verticalidades e horizontalidades para melhor compreender essa dinâmica. Para o autor,

as verticalidades são, pois, portadoras de uma ordem implacável, cuja convocação incessante a segui-la representa um convite ao estranhamento. Assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados. (SANTOS, 2009, p. 108).

As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação ou complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). (SANTOS, 2008, p. 50).

Para Santos (2008, 2009), as verticalidades são portadores de vetores que transportam consigo uma hierarquia e regulam as ações no território. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as horizontalidades, formadas por várias organizações que concebem a vida local diferente, ou seja, apresentam lógicas diferentes daquelas transportadas pelas verticalidades, não se conformam em espaços lisos. Santos (2008, p. 286) acrescenta que

as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

A compreensão da dinâmica territorial, a partir da proposta apresentada por Santos, está associada ao conceito de escala, pois esta – quer seja temporal ou espacial, permite-nos entender como os macroatores condicionam a dinâmica dos territórios locais. Santos (2012) identifica e diferencia dois ti-

pos de escalas, sendo uma a escala de realização das ações e a outra a do seu comando. Com isso, fica claro que existem espaços que comandam as ações, normalmente o habitat dos macroatores, e o espaço do acontecer das ações definidas pelos macroatores, sendo os espaços de materialização das ações. De acordo com Santos (2012, p. 80),

as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da terra.

Santos (2012) entende ser importante discutir a questão de escalas também sob o ponto de vista temporal, pois, para ele, a área de ocorrência do fenômeno varia com o tempo, sendo importante entendê-lo em níveis escalares, pois o habitat da materialização das ações pode variar com o tempo, sendo fundamental, já que seus impactos são temporais. Para Santos, a escala de origem das ações é, normalmente, identificada, ou seja, conhecida, tendo em conta o seu lugar geográfico, econômico ou político. Todavia, a escala da ocorrência do fenômeno é variável no tempo, ou seja, os impactos da sua influência são conhecidos com o desenrolar da história.

Para melhor entender a dinâmica territorial da área em estudo, recorreremos à metodologia de escalas geográficas de poder e gestão, pois as transformações territoriais que vão ou que estão ocorrendo no território são resultado de influência de vários atores a diferentes níveis escalares. Estes atores, loca-

lizados a diferentes escalas, exercem poderes, diferentes, sobre um determinado território, influenciando na conformação socioespacial do mesmo.

Rückert e Rambo (2007) referem que a metodologia de escalas geográficas de poder e gestão caracteriza-se por ser um recurso metodológico, o qual permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil – Estado e mercado articulam entre si e as demais escalas de poder e gestão com o propósito de promover e desenvolver o seu território. Neste contexto de análise geográfica, torna-se fundamental considerar a existência de diferentes escalas de poder e gestão atuantes sobre o território em causa para compreender a densidade e a complexidade da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes.

Contudo, antes de entrarmos na discussão sobre a metodologia escolhida, importa diferenciar a escala cartográfica da escala geográfica, visto que, durante muito tempo, se associou estas duas como se fossem a mesma ou, por outro lado, a geografia se apropriou da escala cartográfica, que é puramente matemática, evitando a sua discussão e a adequação à ciência geográfica. Racine, Raffestin e Ruffy (1983) referem que a Geografia adotou o conceito de escala tal como foi empregado pela cartografia. Os mesmos autores argumentam que a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto que a escala que deve ser chamada de escala geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com essa “forma geométrica”.

A multidimensionalidade do poder (Estado, sociedade civil e mercado) torna mais complexa a análise territorial e

explicar o lugar pelo lugar torna a análise incoerente e com algumas lacunas. A este respeito, Santos (1985) afirma que nem mesmo o lugar pode explicar a totalidade, ou seja, o lugar não é auto-suficiente e o contrário também é válido. Segundo Acselrad (2002), apud Rückert e Rambo (2007), a dinâmica do desenvolvimento territorial de escala local acontece pela combinação de fatores em escalas variadas. É a partir da metodologia de escalas geográficas que melhor podemos compreender a realidade. E, fortalecendo esse recurso, Rückert (2005, p. 82) destaca que

fundamentalmente, as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam.

Rückert e Rambo (2007) e Manzanal *et al.* (s/d) consideram que, apesar de nos processos de desenvolvimento territorial local/regional, os atores locais apresentarem um destacado protagonismo quanto ao exercício de poder e gestão dos seus territórios, estes não se mantêm isolados dos atores das restantes escalas, pois as ações territoriais não teriam, provavelmente, os mesmos êxitos ou resultados se praticados de forma isolada ou individual. É importante destacar que as análises desenvolvidas por Rückert e Rambo não incluem a escala global, pois os autores trabalham até ao nível da escala nacional, configurando que as ações de desenvolvimento são endógenas, ou seja, partem de atores localizados ao nível local, que se apropriam das políticas públicas concebidas à níveis escalares

superiores. Essa mesma percepção é também trazida por Manzanal *et al.*(s/d), que compreendem que, nas transformações territoriais, com a finalidade de um desenvolvimento local, os atores locais desempenham um papel importante, visto que é nesse nível escalar que a população vive e trabalha, por isso tem a possibilidade de participar, organizar-se e projetar-se para o aumento do seu poder e, dessa forma, fortalecer a defesa dos seus interesses.

Apesar de concordarmos com as visões dos autores, pois em si tratando de um desenvolvimento local, as iniciativas locais desempenham um papel fundamental para o alcance dos seus objetivos, nem sempre o desenvolvimento local parte de uma iniciativa endógena. Ela pode ser transplantada do exterior e colocada ao serviço do desenvolvimento local. Ainda que Manzanal *et al.*(s/d) trabalhem o desenvolvimento territorial, dando enfoque à iniciativa local e às políticas públicas, os autores não ignoram a importância da escala internacional. Para a realidade moçambicana, a escala global é fundamental, pois é a partir dela que várias políticas públicas são esboçadas, ou seja, são com base nos interesses de atores externos, localizados a escala internacional, que se definem as linhas orientadoras das várias políticas públicas moçambicanas. A questão do poder econômico desses atores joga um papel abissal, pois só com o apoio financeiro desses atores é que as políticas públicas encontram sua materialização.

Para além da influência que as escalas espaciais podem ter na contribuição para o entendimento do fenômeno em estudo, Milton Santos chama a atenção para o papel desempenhado pelo tempo, pois, para o autor (1985, p. 22), “a noção de tempo é inseparável da idéia de sistemas de tempo. A cada

momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema”. Com base no exposto, fica claro que o percurso histórico explica, em parte, as condições que afetaram e afetam a realidade local/regional.

Para melhor compreender a dinâmica da criação da Área de Conservação (AC) no recorte geográfico a ser estudado, foram definidas as seguintes escalas de poder e gestão: (1) escala local – correspondente a Área de Conservação Transfronteira de Chimaninani (ACTF); (2) escala local/regional – correspondente ao distrito em que se insere a ACTFC, o distrito de Sussundenga; (3) escala provincial – correspondente a província de Manica, a qual se localiza o distrito de Sussundenga; (4) escala nacional – correspondente ao território nacional; e finalmente a (5) escala internacional. Com base nessas escalas, assume-se que a demonstração das escalas de poder e gestão permitirão entender, de uma forma didática, como cada uma das escalas se reflete na escala local, influenciando na conformação socioespacial.

Para além da definição dos níveis escalares, também foram definidos os atores intervenientes no processo da criação da AC. Para tal, recorreu-se a Bobbio (1987, p. 33) que entende por sociedade civil “a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido estritamente e quase sempre polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo”. Neste contexto, observa-se que o autor não distingue o mercado da sociedade civil. Contudo, para uma melhor compreensão da ação dos diferentes atores no território, o mercado foi separado da so-

cidade civil, por este desempenhar um papel importante no território em estudo. Deste modo, ter-se-ão os atores que representam o Estado, a sociedade civil e o mercado.

Além da dissociação do mercado da sociedade civil, também se dissociou as organizações locais ou comunitárias da sociedade civil. Essa dissociação permite compreender melhor a presença e o papel das organizações locais na defesa dos seus objetivos. As organizações que integram a categoria de sociedade civil são bastante abrangentes, incluindo, na sua maioria, organizações não pertencentes à escala local e local/regional, mascarando, desta forma, a compreensão do nível de atores representantes dessas escalas.

Destarte, os atores representantes do Estado são os ministérios (Ministério do Turismo – MITUR; o Ministério da Agricultura – MA; e o Ministério da Defesa, representado pelas Forças Armadas de Moçambique – FADMO), os órgãos do governo com representação ao nível provincial (Direção Provincial do Turismo de Manica – DPTM; Direção Provincial de Agricultura de Manica – DPAM), as instituições de ensino e pesquisas (Universidade Eduardo Mondlane – UEM; Centro de Estudos Florestais – CEF; Instituto Agrário de Chimoio – IAC; Arquivo Patrimônio Cultural – ARPAC; e Museu de História Nacional) e o Instituto de Comunicação Social (ICS). A sociedade civil é fundamentalmente constituída por organizações não governamentais (ONG's) como a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), Programa de Ativistas Culturais (PAC), Grupo de Educação Social de Manica (GESOM), Associação para o Empoderamento da Mulher Rural (AMRU), Fundação Micaia, IP Consultores, AMBE-

RO, RDI, NORTCONSULT e Acuesa SIMUCAI. Ao nível das organizações representantes da comunidade local, destacam-se o Comitê de Gestão Local (CGL), a Associação Verdes de Tsetsera e CUBATANA MORIBANE. No que concerne ao mercado, este é constituído por empresas que exploram a atividade turística na ACTF de Chimanimani.

O Banco Mundial e a Fundação Ford, os principais financiadores do projeto, não foram incluídos em nenhuma das categorias de atores acima descritos. Estes atores, que representam um papel importante nas transformações territoriais, não apresentam uma definição clara do seu posicionamento em relação às categorias definidas por Bobbio e adotadas por nós, com algumas adequações. A incerteza quanto ao seu posicionamento nas categorias de atores definidos prende-se ao fato de, a partir da definição de Bobbio, poder-se enquadrar na sociedade civil, porém, a forma de atuação mascara esse enquadramento porque o financiamento proveniente dessas instituições é drenado para o Estado, funcionando como um financiamento público. Para se evitar ambiguidades na interpretação, pautou-se por não se identificar com as categorias de atores definidos para o estudo, mas o seu papel e influência nas transformações territoriais não foram menosprezados.

Quadro 1- Níveis de densidade institucional

Níveis	Poderes atuantes junto ao projeto
05	Poderes apenas das instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
04	Poder distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
03	Poder provincial, distrital e instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais
02	Poder nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras
01	Poder internacional, nacional, provincial e distrital, instituições/organizações civis/profissionais e/ou empresariais e estrangeiras

Fonte: Adaptado com base em RÜCKERT, RAMBO, 2007.

Para medir a densidade institucional, se relacionou os atores e as escalas de atuação em torno dos arranjos institucionais e dos projetos desenvolvidos no território, como se resume no Quadro 1. Segundo Rückert e Rambo (2007), quanto mais próximo estiver de 01, maior será a densidade de atores no projeto e maiores serão as influências das diferentes escalas sobre o território local.

As escalas de ação e o papel dos diferentes atores nas transformações socioespaciais de Chimanimani

Chimanimani como um território

Chimanimani foi, desde muito, um espaço que reunia várias comunidades, da qual cada uma se regia segundo normas e práticas locais. Apesar de agrupar diferentes comunidades, as normas e práticas de cada comunidade se aproximavam pelo fato das origens serem comuns. A principal diferença se resumia na denominação de cada comunidade, que tinha, como efeito, diferentes lideranças para cada uma delas e, con-

sequentemente, suas formas específicas de gestão.

As invasões pelas quais Chimanimani se sujeitou desde o século XIX, protagonizadas pelos povos Nguni, até as mais recentes, evidenciadas pela presença dos colonizadores europeus e, mais tarde, pela influência do governo pós-independência, pouco influenciaram na unificação da área. Durante esse período, a área apresentava-se fragmentada, isto é, constituída por comunidades autônomas face o contexto do espaço total.

A necessidade de transformar a área em um espaço de conservação tornou Chimanimani num território, constituído por várias comunidades, contíguas, mas sob o domínio de atores localizados a escalas distantes e diferentes das de ação. Chimanimani passa a ser um espaço de disputa de interesses diversos, constituído por atores localizados a escala local (as comunidades), atores localizados a escalas intermediárias (facilitadores e responsáveis pela implementação das ações) e a escala internacional (os responsáveis por definir e impor as ações).

As ações desempenhadas por esse conjunto de atores definiu o território de Chimanimani. A valorização dos recursos existentes (a biodiversidade) por um conjunto de atores influenciou na imposição de uma lógica de funcionamento que respondesse aos seus anseios. Essa lógica de funcionamento, que se apresenta estranha para o conjunto das comunidades locais, está imbuída de técnicas, novas para os nativos, que funcionam ao serviço dos atores hegemônicos.

Ao transformar-se Chimanimani em um espaço de disputa de interesses diversos, logo se formam dois grupos de atores que apresentam visões e objetivos diferentes. Ao se cons-

tituir os dois grupos que lutam pelo domínio e/ou controle da área, estão criadas as condições para tornar Chimanimani num campo de forças, cujo domínio e/ou controle será apenas exercido por um único ator (ou grupo de atores). Disso resultam em dois grupos de atores que podemos designar de hegemônicos, os que detêm o domínio ou o controle da área, e os hegemonzados, que passarão a obedecer aos primeiros. Contudo, a obediência dos últimos não implica no desaparecimento de reivindicações, mesmo que essas sejam desprezadas pelos atores hegemônicos.

O exercício do domínio e/ou controle da área de Chimanimani implica no exercício de poder. O poder, segundo Raffestin (1993), é carregado de dois principais componentes, nomeadamente a energética e a informacional. Para o território em estudo, constata-se que o componente informacional foi a que mais se destacou. O recurso ao poder da força teria produzido resultados pouco esperados, pois as comunidades sabotariam a transformação das suas terras em AC. Também se constata que o contexto histórico no qual se insere a introdução do projeto de Chimanimani era menos favorável ao exercício do poder carregado de um forte componente energético.

O exercício do poder, carregado fortemente pela componente informacional, foi o mais viável. A informação desempenhou um papel importante na subjugação das comunidades locais. Os atores hegemônicos aproveitaram-se do poder da informação para introduzir a sua lógica de funcionamento e, com isso, reestruturar a organização espacial e a relação das comunidades com o seu entorno. A esse respeito, Santos (2008,

p. 110) refere que “informar é também governar. Quando aplicada à produção, governada por interesses estranhos à área, a informação é geradora de uma entropia, uma desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito”.

O papel mobilizador desempenhado pela informação permitiu que a ocupação de Chimanimani fosse mais pacífica, apesar de passar por um processo que retardou o início das atividades. A informação, imbuída do discurso de participação, terá convencido os atores intermediários, principalmente os representantes da sociedade civil, a participarem no projeto. A participação desses atores, movidos, em vários casos, pelo discurso global de participação, desempenhou um papel importante, como extensão dos atores hegemônicos, principalmente na implementação do projeto.

A almejada participação, fomentada pelos atores intermediários, não passava de apenas um discurso global. Claro que as comunidades locais participaram, mas qual foi o nível de influência? O poder da informação foi tão evidente que a participação das comunidades era direcionada. As comunidades foram envolvidas dentro do projeto com a finalidade de satisfazer aos interesses hegemônicos, definidos à escala do “mandar” e, a nível local, apenas deveriam ser implementadas, nem que para tal fosse necessário “comprar” a participação das comunidades locais.

As tipologias de participação, definidas por Pimbert e Pretty (2000), elucidam bem os níveis de intervenção das comunidades locais. Ao se analisar a participação das comunidades locais dentro do projeto de ACTFC, é fundamental

que se entenda que o exercício de participação é também um exercício de poder, cujos atores hegemônicos apoderam-se de todos os meios para fazer vincar os seus objetivos. Os objetivos do projeto são a conservação da biodiversidade, enquanto que os da comunidade local são os definidos pelo projeto como sendo o de desenvolvimento. Deste modo, acredita-se que existem dois objetivos diferentes, mas complementares, que podem ser alcançados com a introdução de uma lógica de funcionamento diferente daquela existente no território.

Com base nessa lógica de pensamento, constata-se que as comunidades percorreram as cinco primeiras tipologias de participação. As primeiras três foram fundamentais para a definição dos elementos que poderiam ser incorporados aos objetivos de desenvolvimento, e que pudessem desempenhar o papel de identificação das comunidades com o projeto. A quarta tipologia foi essencial para engajar as comunidades no projeto, isto é, identificados as principais carências das comunidades locais, passou-se a fase de “comprar” a participação das comunidades com bens materiais, criando a ilusão no seio das comunidades que, com a implementação do projeto, maiores seriam os ganhos concretos que poderiam obter. Chegadas a essa fase, estavam preparadas as condições para a participação funcional, entendida como a participação em que as comunidades formam grupos para coincidir objetivos que vão ao encontro dos já definidos pelo projeto. Até a este nível de participação, que caracterizou o envolvimento das comunidades locais em Chimanimani, o poder da informação foi fundamental para a introdução de uma lógica de funcionamento estranha ao território.

Alcançados os objetivos de uma participação limitada das comunidades, estavam geradas as condições para a alteração das relações entre o homem e o seu entorno. O território já não é observado como fragmentado, isto é, constituído por comunidades contíguas, mas como *uno*, da qual se devem submeter às regras impostas pela nova filosofia que não toma em conta as diferenças de cada comunidade. Os objetivos de conservação se sobrepõem aos valores culturais e sociais.

As divergências nas formas de observar o território pelos dois grupos de agentes vão influenciar na forma do seu relacionamento com o mesmo. Enquanto que para os atores hegemônicos o território é mais simbólico, logo a sua identificação com o espaço lhe permite manter as formas de conservação dos locais culturais do qual lhes caracteriza, culminando com a manutenção de determinados locais acessíveis apenas a partir da realização de rituais. Para os hegemônicos, constata-se que a sua relação é mais funcional, apenas introduzindo técnicas e comportamentos(ações) que lhes permitem alcançar os seus objetivos. A conservação da biodiversidade é o principal objetivo, logo, a manutenção de determinados rituais que garantem esse objetivo é incorporada à lógica dos hegemônicos, mas introduzindo a componente de conservar para vender (como produto turístico).

As alterações nas formas de ocupação do espaço e nas atividades econômicas eram preocupações para a construção do novo território. A organização dos objetos (naturais e artificiais) bem como das ações (deliberadas ou não) implicou na adequação do território à nova realidade. Na primeira fase

do projeto^v, as atividades visavam alterar as formas de assentamento e as suas atividades econômicas. Para o primeiro objetivo foram sensibilizadas as comunidades a abandonarem determinadas áreas para impedir que houvesse uma acelerada degradação dos recursos existentes, pois alguns assentamentos se encontravam em locais de alto valor biológico. Para responder ao segundo objetivo foram introduzidas novas atividades econômicas (como a produção de mel, coleta de cogumelos e a piscicultura) com menor impacto sobre a biodiversidade.

Os primeiros resultados alcançados responderam aos interesses dos atores hegemônicos, pois foi alterada a relação do homem com o seu entorno. Contudo, os resultados pareciam estar dependentes do financiamento externo. Como o financiamento escasseava, várias atividades econômicas que ainda não tinham alcançado o estágio de auto-sustentação, começaram a entrar em decadência. Os tempos definidos para o alcance dos objetivos, tanto para os atores hegemônicos como para os hegemonzados, não encontravam ajustamento às ações e ao tempo necessário para a sua materialização. Todos os atores pretendiam alcançar os objetivos em curto espaço de tempo, satisfazendo os seus anseios, mas o sentido de ocorrência do fenômeno era divergente, apresentando uma racionalidade diferente da pretendida pelos atores.

Como resultado desta defasagem do tempo pretendido para a realização dos seus objetivos e o tempo necessário para tal, a gestão do território entrou em crise. Por um lado, os hegemônicos que haviam introduzido novas formas de gestão do território se retiraram do campo de ação, deixando o território desgovernado e susceptível a intervenções que em nada aju-

davam ao alcance dos objetivos traçados. Por outro lado, para os hegemônicos, a esperança de um futuro brilhante, embasado numa melhora das condições de vida, se deteriorava, e o território tornava-se um palco de tentativa de retorno ao tempo passado, mas que a nova realidade (material e imaterial introduzida) não o permitia.

Desse modo, no contexto da construção do território de Chimanimani, o que interessa para o estudo, como nos recomendada Souza (2007), é saber quem domina e como domina e/ou influencia a gestão do território.

O papel dos atores externos na conformação do novo território

A transição de uma economia baseada no planejamento centralizado para uma de orientação para o mercado permitiu a entrada, no território moçambicano, de vários atores com papéis diferentes e, em alguns casos, objetivos divergentes. Nesse contexto, as reformas econômicas implementadas no país vieram a introduzir e a mudar o viés de ação dos atores, com consequências sociais, culturais e econômicas. As reformas econômicas, introduzidas a partir de 1987, colocaram o Estado moçambicano refém das políticas econômicas delineadas pelas instituições de Bretton Woods.

A implementação das reformas estiveram acompanhadas por mudanças no discurso e nas estratégias de desenvolvimento adotadas para o país. As reformas legislativas, ocorridas principalmente na década de 90, vieram abrir as portas para a entrada e a consolidação do neoliberalismo. Com isso, tam-

bém veio o desejo de transformação de áreas comunitárias, ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação.

O desejo de criação e ampliação de AC, principalmente nos países em desenvolvimento, cujo estágio de urbanização ainda era (e é) menor em relação ao ocidente, permitia a conversão de áreas, consideradas naturais e ricas em biodiversidade, em áreas para a conservação. O poder e a influência que os organismos bilaterais e multilaterais exercem sobre esses países permitem a materialização desses desejos. Todavia, neste período, a filosofia de criação dessas áreas era mais favorável à “participação” das comunidades locais e à necessidade de incorporação dos objetivos de desenvolvimento, permitindo maior engajamento das comunidades.

O Banco Mundial, por meio do *Global Environment Facility*, influenciou no estabelecimento de áreas de conservação em Moçambique. Como cerca de 90% delas já tinham sido criadas e coberto os principais ecossistemas, tido como fundamentais para a conservação, surgiu outra estratégia de conservação, que foi a junção das áreas de conservação contíguas (e ou próximas), mesmo que para isso envolvesse a transição de fronteiras nacionais. Também foram incorporadas áreas de uso múltiplo, do qual as comunidades poderiam ocupar e desenvolver algumas atividades.

Esta estratégia de conservação, adotada em Moçambique e em vários países da África Austral, teve a designação de Áreas de Conservação Transfronteira (ACTF), pelo fato de serem áreas com extensões que ultrapassavam as barreiras territoriais nacionais. A estratégia apresentava-se adequada para a realidade moçambicana, que passou por momentos de abandono to-

tal da gestão das AC. A incorporação de área de uso múltiplo abria as portas para a introdução do Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN), permitindo-se, deste modo, que as comunidades pudessem associar os objetivos de conservação com os de desenvolvimento.

O casamento perfeito entre a conservação e o desenvolvimento dentro dessas áreas permitia que em algumas delas fossem restringidos o acesso e o uso dos recursos por apresentarem alto valor de biodiversidade. No fundo, as áreas de uso múltiplo poderiam ser espaços reservados ao reassentamento da população que, principalmente, durante os períodos de conflito armado, haviam ocupado as áreas definidas como prioritárias na conservação. O casamento respondia aos interesses da nova estratégia de conservação, visto que as comunidades permaneciam na e/ou próximo das “suas” terras e continuariam a beneficiar-se dos recursos existentes. No entanto, o uso deles passou a ser mais limitado e/ou controlado, ao mesmo tempo em que se deslocava a dependência de sobrevivência das comunidades a atividades pouco impactantes ao meio ambiente, como o ecoturismo.

Esta abordagem de conservação aplicada em Chimanimani, mascarada com o MCRN, foi fomentada por organismos como a USAID, Banco Mundial e a Fundação Ford. Para a implementação da iniciativa, várias foram as instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que se empenharam. A disponibilização de financiamento foi fundamental para a entrada de diferentes atores, com funções diferentes, mas convergindo para objetivos predefinidos.

Do conjunto de atores que influenciaram na conformação de Chimanimani, podemos agrupar em: (i) aqueles que financiaram a implementação do projeto, denominados por “doadores” e que, muitas vezes, ditam as ações a serem desencadeadas; (ii) os que se responsabilizaram pela execução das ações definidas para o alcance dos objetivos, denominados por “implementadores”. Dentro do conjunto dos atores considerados implementadores, podemos subdividir em dois subgrupos, os atores ligados ao Estado, ou as agências do governo e os atores ligados à sociedade civil, constituídas por organizações não governamentais nacionais e instituições de pesquisa. Finalmente temos o (iii) grupo formado pelas comunidades locais, que são o substrato de implementação das ações definidas no nível 1.

As relações que se vão estabelecer entre esses grupos de atores não são simétricas, mas, sim, dissimétricas e, muitas vezes, com uma única direção. A posse do financiamento dita, de certa forma, as ações a serem desencadeadas pelos restantes atores. Isso permite que a dominação seja orientada em função daqueles que detêm os fundos monetários, tornando os restantes atores executores. Os atores denominados por doadores indicam as ações a serem desenvolvidas e atribuem responsabilidades de sua execução às agências do governo e às organizações não governamentais. Às comunidades apenas lhes resta a obediência das ações, sob o pretexto de que a sua implementação poderá melhorar a sua condição de vida.

O esquema 1 apresenta o direcionamento dos fluxos de ações, do financiamento (de dinheiro) e dos resultados entre

os diferentes atores. O esquema mostra que os fluxos monetários e de ações apenas apresentam um único sentido. O fluxo monetário é direcionado apenas para a agência do governo e, neste caso, o Ministério do Turismo, que depois direciona para as organizações da sociedade civil e para os grupos comunitários. Em relação ao fluxo de ações, constata-se que elas são definidas também ao nível dos doadores, em função das necessidades apresentadas pelas organizações internacionais ligadas a questão ambiental e, depois, direcionadas para as agências do governo e as não governamentais, que irão implementá-la na reestruturação do território de acordo com a lógica predefinida. O direcionamento no sentido inverso representa os resultados alcançados pelos atores responsáveis pela implementação das ações. Isso permite aos doadores monitorarem o andamento das ações sobre o território e de autorizarem mais dinâmicas, caso o processo esteja correndo fora das previsões definidas.

Os atores responsáveis pela execução das ações desempenham um papel importante nas transformações territoriais, pois são eles, com a implementação das ações, que vão introduzir a nova lógica de funcionamento do/no território. Enquanto que as organizações não governamentais se apoiam mais na componente informacional para o alcance dos seus objetivos, constata-se que, para as agências do governo, lhes é reservado a componente energética, caso a primeira não responda aos resultados definidos.

Esquema 1 – Direcionamento dos fluxos de ações e monetários



A participação dos atores responsabilizados pelas execuções de ações não é ingênua, isto é, apesar de transportarem consigo o discurso de “participação”, melhora das condições de vida das comunidades locais, observa-se que no geral, a finalidade é de preparar o substrato para a introdução de novas lógicas de funcionamento do e no território. As atividades desempenhadas por esses atores são bem ilustrativas, pois todos eles visavam a preparar as comunidades locais a ampararem o projeto e a mudarem as formas de relacionamento com o seu entorno.

A dependência das suas atividades ao financiamento externo permite que estes se tornem em extensões dos atores do “mandar”, principalmente no que se refere à execução das ações. A sua intervenção, por mais que seja a mais bem intencional, apresenta-se limitada e, de certa forma, controlada por quem financia as suas atividades. Um exemplo ilustrativo desse limitante é o tempo de funcionamento dessas instituições no terreno, principalmente as organizações não governamen-

tais, que vai em função do tempo de vida do financiamento geral. E as suas atividades estão dependentes da disponibilização desse financiamento. Com o término do financiamento, em 2003, observou-se que as ONG's abandonaram as suas atividades, deixando as comunidades sem o amparo das suas prováveis "boas intenções".

A introdução de atores ligados à sociedade civil é tida como fundamental para a credibilização das ações, bem como para responder a abordagem de gestão participativa, a qual defende que a implementação de ações sobre um território não é apenas responsabilidade de um único ator, neste caso o Estado. As comunidades, encaradas como analfabetas, sem o domínio do conhecimento "científico", são instruídas a participar no projeto por meio de uma preparação e sensibilização levada a cabo por organizações da sociedade civil. Como forma de separar as atividades das agências do governo com as da sociedade civil, foram definidas ações ligadas principalmente à conservação, como sendo da responsabilidade das agências do governo, enquanto que as organizações da sociedade civil desempenhariam atividades e funções ligadas à preparação das comunidades para aderirem ao projeto e para conhecerem seus deveres e direitos.

Como o território de absorção das ações é considerado atrasado, isto é, ainda não incorporado à sociedade moderna, precisa de intervenções ao nível de outras escalas de ações, como forma de preparar as comunidades para aderirem ao projeto. A definição das escalas de ações permite localizar os diferentes atores da sociedade civil, do Estado e do mercado com implicações diretas na estruturação do novo território.

Estas escalas incorporam os três grupos de atores definidos anteriormente, sendo a escala internacional congregando apenas os atores denominados de doadores, que definem as ações a serem implementadas e disponibilizam o financiamento necessário. Os atores ligados à execução das ações definidas pelos primeiros encontram-se localizados nas escalas nacional e provincial (ou as intermediárias). A nível da escala local, apenas encontramos o substrato de implementação das ações definidas, que têm como consequência a reestruturação, tanto do espaço físico do território, como das relações que se vão estabelecer no local.

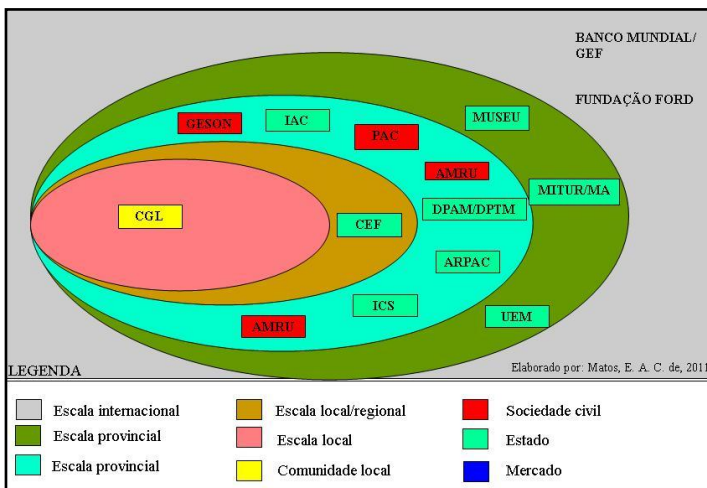
Apesar dos atores estarem localizados a várias escalas de atuação, constata-se que a escala nacional, representada pela cidade de Maputo, é a que concentra os atores com os níveis de poder e gestão mais influente. Alguns atores do “mandar” têm os seus representantes na cidade de Maputo, logo, é nesta escala onde converge a definição das ações com repercussões ao nível do território em estudo.

A escala provincial, representada pela cidade de Chimoio, é o segundo centro de convergências das ações, pois nesta também se encontram os representantes do Estado e da sociedade civil, cujas ações se confinam na execução e na monitorização das mesmas, de modo a reportarem, para a cidade de Maputo, os estágios de implementação das ações. Apesar da cidade de Chimoio ser o segundo centro de importância na hierarquia de definição ou do estágio de absorção das ações, verifica-se que é nela onde as repercussões, ao nível do substrato são maiores, pois são os atores localizados a esta escala que mais têm o contato com as comunidades, logo são os que

serão responsabilizados pelo fracasso.

Este segundo centro de importância na hierarquia de atuação das transformações territoriais é palco da sede de diversas organizações que tiveram atuações fundamentais em Chimanimani. Todas as organizações e agências, tanto da sociedade civil como do Estado, não tinham seus escritórios no substrato de execução das ações. O território de Chimanimani era apenas o palco das transformações territoriais. A Figura 1 elucida bem este comportamento de atuação dos diferentes atores que, concentrados, principalmente, a nível provincial e nacional, apenas olhavam para Chimanimani como espaço do acontecer das ações, consideradas adequadas para a introdução do projeto e respondendo, com isso, as funções para as quais foram coligadas ao projeto.

Figura 1 – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase I



Recorrendo a Bóbbio, que conceitua a sociedade civil, constatamos que há mais atores ligados à esfera estatal do que à sociedade civil. Em todas as escalas de atuação, com exceção da escala local, existem organizações da sociedade civil e do Estado. A nível da escala local, apenas encontramos os Comitês de Gestão Local (CGL) que, para este estudo, não foram incluídas na esfera da sociedade civil, apesar das suas características se enquadrarem na definição de sociedade civil conceituada por Bobbio (1987). A exclusão dos CGL da sociedade civil deve-se aos fatos ligados a sua gênese e aos interesses para os quais foram criados.

A Figura 1 mostra os atores envolvidos durante a primeira fase de atuação do projeto ACTF de Chimanimani. Os atores ligados ao mercado não aparecem na figura pelo fato de, durante esta fase, não terem aparecido agentes do setor privado interessados em explorar determinadas atividades dentro da área, com particular destaque para o ecoturismo. Analisando a mesma figura, pode-se ver que os níveis de poderes atuantes junto ao projeto tende ao nível 01, caracterizado por apresentar várias instituições e localizadas a diversas escalas de poder e gestão. De acordo com esta característica, pode-se concluir que maiores foram as transformações territoriais geradas.

Entender as atividades e as funções dos atores intermediários é fundamental, porque sem estes as transformações territoriais teriam menor recepção por parte das comunidades locais. A formação dos grupos que representariam as comunidades locais, a nível político, isto é, na definição dos “seus” interesses era fundamental para que se alcançassem as exigências de participação tidas como fundamental em proje-

tos de MCRN. As comunidades deveriam ser preparadas para poderem ter uma voz ativa no projeto. Contudo, a sua participação, principalmente técnica, estava dependente de um processo de formação, pois as comunidades não apresentavam pessoal interno preparado. Quase todos os membros das comunidades nunca tiveram a oportunidade de frequentar a escola e estavam sendo preparados para defenderem interesses introduzidos como sendo os seus.

Apesar de não estar definido o tempo necessário para que uma comunidade possa alcançar o estágio máximo de participação definido por Pimbert e Pretty (2000) como Automobilização, Manzanal *et al.* (s/d) referem que, para os casos em que se pretende introduzir projetos que beneficiem as comunidades, a participação deve começar com os níveis de informação, continuando com a consulta, seguindo a intervenção na tomada de decisão e culminando com a autogestão. Segundo a autora, a passagem por esses sucessivos níveis exige capacitação, formação e “práxis” de participação. Esse processo é contínuo e bastante importante, principalmente para os casos em que as comunidades são analfabetas e quando lhe são introduzidos objetivos que não são originalmente os seus.

Até ao final da primeira fase apenas tinham sido criados cinco Comitês de Gestão Local (CGL), nas cinco principais áreas (Moribane, Tsetsera, Mahate, Zomba e Chikukwa), cuja principal função estava relacionada com a conservação dos recursos naturais. Isto mostra a tendência da participação desejada pelo projeto, evitando-se a discussão dos verdadeiros objetivos das comunidades locais. As circunstâncias da implementação do projeto não permitiram que os estágios de

participação, definidos por Manzanal *et al.* (s/d), pudessem se realizar, dando maior empoderamento às comunidades na definição dos seus verdadeiros objetivos.

Este cenário mostra o reduzido número de atores locais que pudessem lutar pela defesa dos seus interesses. A nível da escala local, a de menor densidade institucional, tanto em número de atores como na importância dos mesmos, apenas existe o CGL que, em geral, vela pelos interesses da conservação.

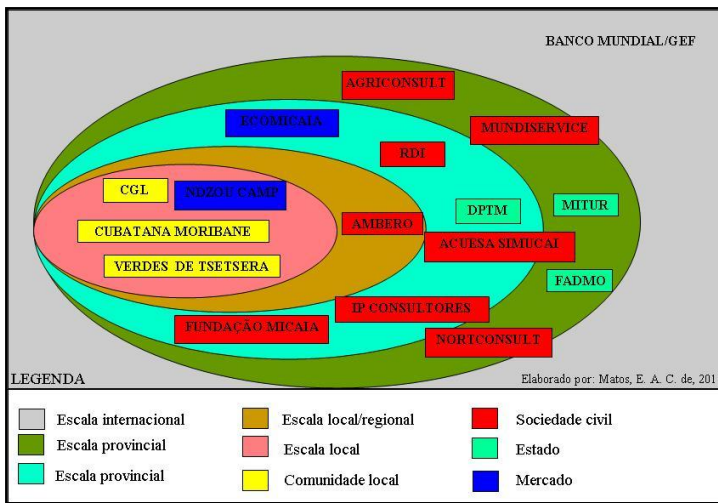
A segunda fase do projeto de Chimanimani apresenta maior e diverso número de atores em relação à primeira (Figura 2). A fase apresenta apenas um único financiador, mas a presença de atores é bastante significativa, demonstrando ser uma fase mais prática em relação à primeira.

A presença de atores ligados ao mercado marca uma distinção face à primeira, evidenciando um interesse pela exploração turística na área. Contudo, a principal diferença pode estar no orçamento alocado para esta fase, como nos objetivos mais práticos a serem alcançados. A preocupação dos atores do “mandar” foi a criação de associações locais que pudessem concorrer aos recursos disponibilizados pelo projeto. As associações só podem concorrer aos recursos a partir do momento em que estabelecerem parcerias com o setor privado, considerado como o mais eficiente.

A presença significativa, mas ainda longe de ser a ideal, de atores localizados na escala local evidencia a agressividade do projeto em alcançar resultados práticos em relação à exploração turística. O projeto pretende aumentar o número de associações que possam se beneficiar dos recursos disponibilizados e, com isso, reduzir a dependência das comunidades às

atividades que são consideradas degradantes do ecossistema. Essa pretensão aparenta ser benéfica para as comunidades, porém, precisa ser mais analisada devido ao nível de alfabetização das comunidades que estarão condenadas a trabalharem em empregos precários, apesar de serem os principais acionistas.

Figura 2 – Mapa institucional do projeto Chimanimani – Fase II



O fantasma da transição da primeira para a segunda fase ainda assombra as comunidades, que sempre olharão para as novas oportunidades de emprego como inseguras. Deste modo, manterão suas áreas de exploração agrícola. A manutenção dessas áreas lhes permite garantir a segurança alimentar em face da desconfiança no sucesso do projeto, quer ao nível do desenvolvimento da atividade turística, como pelo fato do tempo de vida do projeto estar dependente do financiamento externo, como se sucedeu na primeira fase. Desta forma, a

preocupação do projeto deve estar mais direcionada à dinâmica da atividade turística em Moçambique que, atualmente, é mais favorável ao litoral.

Para não concluir

Atualmente, a compreensão das ações que podem culminar (ou não) com o desenvolvimento territorial local passa por entender como as diferentes escalas participam nesse desenvolvimento e como são definidos (ou se definem) os papéis dos diferentes atores nesse processo, ou seja, o desenvolvimento territorial local pode ser uma iniciativa exógena que, a partir da intervenção de atores intermediários, poderá ser apropriado pelas comunidades locais. Para que isso se torne parte integrante dessas comunidades, é preciso que elas alcancem níveis de participação mais satisfatórios, ou seja, que as comunidades locais adquiram o poder de defender os seus interesses e de decidir o que é adequado para o seu território.

A transformação de Chimanimani em território de conservação elucidada como os atores externos, localizados a escalas do mandar, conseguem impor seus interesses na escala local. A compreensão das transformações territoriais atravessadas pelas comunidades de Chimanimani passa pelo entendimento do papel do poder dos diferentes atores localizados a diferentes escalas.

A aplicação da metodologia de escalas de poder e gestão permitiu apreender como os diferentes atores influenciaram na produção do território de conservação em Chimanimani. O poder, principalmente financeiro (ou econômico) das

agências internacionais, permitiu introduzir novas lógicas de funcionamento em Chimanmani. Os atores intermediários, localizados nas escalas nacional e provincial, foram responsáveis por introduzir as ações definidas pelos atores do mandar. A dependência financeira que as agências do governo e da sociedade civil apresentavam permitiu que se tornasse em extensões dos atores do mandar, apresentando-se como os atores implementadores das transformações territoriais. A nível local, estavam as comunidades locais, sem poderes, e “formatadas” a aceitarem as transformações territoriais predefinidas, na esperança de um futuro diferente.

A inclusão da dimensão desenvolvimentista aos objetivos conservacionistas permitiu integrar, pacificamente, as comunidades aos processos de transformações territoriais. Movidos pelo discurso global de “participação”, as comunidades foram incorporadas ao projeto como defensoras do objetivo de desenvolvimento que não chocava com o objetivo de conservação, desde que promovesse um desenvolvimento sustentável, ou seja, promovesse atividades econômicas amigas do ambiente.

Apesar do artigo concentrar as atenções a nível da escala espacial, fica a recomendação de Milton Santos (2012) quanto à importância da escala temporal, pois esta é descortinada com o tempo, visto que foi possível identificar a escala das origens das ações, mas a escala de ocorrência do fenómeno ainda está em andamento, pois os efeitos das transformações territoriais ainda estão acontecendo no território, podendo levar mais anos para que se possa obter a real dimensão dos seus resultados.

NOTAS

i Entendemos comunidade local no contexto definido para a realidade moçambicana. Segundo a Lei de Terras de Moçambique comunidade local é o “agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da proteção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância sócio-cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão” (MADER; FAO, 2001, p. 4).

ii Santos (2009, p. 106) denomina de macroatores “àqueles que de fora da área determinam as modalidades internas de ação”.

iii Laschefski (2012) e Zhoui e Laschefski (2012) referem que o Estado, ou os governos, muitas vezes funcionam como facilitadores dos interesses dos organismos internacionais ou do capitalismo.

iv Segundo Pimbert e Pretty (2000) as tipologias de participação são as seguintes: (1) Participação passiva; (2) Participação como extração de informação; (3) Participação por consulta; (4) Participação por incentivos materiais; (5) Participação funcional; (6) Participação interativa; e (7) Automobilização.

v As primeiras transformações de Chimanimani, conhecidas como projeto Chimanimani, tiveram início em finais de 1996 e terminaram em 2003. Depois do fim da primeira fase, a área de Chimanimani conheceu um período de abandono, tendo apenas terminado em 2006, com o lançamento da segunda fase do projeto Chimanimani. Essa nova fase tem a duração de sete anos e concentrou-se em criar condições para o desenvolvimento da atividade turística, fortalecendo a participação de associações comunitárias em empreendimentos turísticos.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo S. V. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 273-290.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.).

- Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 225-256.
- DIEGUES, Antônio C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 1-46.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- LASCHEFSKI, Klemens. Agrocombustíveis: a caminho de um novo imperialismo ecológico. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 63-91.
- MADER; FAO. **Lei de terras 19/97 e seus regulamentos:** português - xisena. Maputo, 2001.
- MANZANAL, Mabel *et al.* Territorio e instituciones en el desarrollo rural del norte argentino. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario (Comp.). **Desarrollo rural:** organizaciones, instituciones y territorio. Buenos Aires: Ed. CICCUS, p. 211-250.
- PIMBERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC, 2000, p. 183-223.
- RACINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan.-mar., 1983.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMBO, Anelise G. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local / regional:** a experiência da Coopercana – Porto Xavier / RS. 2006. 326f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- RÜCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas Territorialidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 79-94, 2005.
- RÜCKERT, Aldomar A.; RAMBO, Anelise G. Metodologia das escalas geográficas de gestão e poder aplicadas aos estudos de desenvolvimento em quatro territórios rurais. In: CONGRESSO DO

- SOBER. Conhecimentos para a agricultura do futuro, XLV, 2007. Londrina. **Anais...** Londrina, PR: SOBER, 2007(CD-Rom).
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 7. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional, 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.
- SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de *et al.* **Geografia:** conceitos e temas. 10. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116.
- ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHESFKI, Klemens(Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 11-31.